



SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

ESTUDO DO VETO Nº 16/2016

Veto Parcial aposto ao [Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2014 \(nº 814/2007](#), na Casa de origem)

Quantidade de dispositivos vetados: 1

Norma jurídica gerada: [Lei nº 13.287, de 11 de maio de 2016](#).

Veto aposto “por contrariedade ao interesse público”.

Autoria: Dep. Sandes Júnior (PP/GO).

Relatores na Câmara dos Deputados

- Dep.^a Andreia Zito (PSDB-RJ) – CTASP (vencida pela Comissão);
- Dep.^a Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) – CTASP (relatora do Parecer vencedor);
- Dep. Anthony Garotinho (PR-RJ) – CCJC;
- Dep. Mauro Benevides (PMDB-CE) – CCJC/Redação Final.

Relatores no Senado Federal

- Sen. Ana Rita (PT/ES) – CAS (relatoria encerrada pelo fim da legislatura);
- Sen. Marcelo Crivella (PRB/RJ) – CAS (substituído por “ad hoc”);
- Sen. Ana Amélia (PP/RS) – CAS (relatora “ad hoc”).

Explicação do veto:

O dispositivo vetado traria garantia à empregada gestante ou lactente do recebimento integral do salário durante afastamento obrigatório por insalubridade com o respectivo adicional.

* Os comentários inseridos à esquerda remetem a dispositivos de lei relativos ao veto para facilitar a compreensão.

| DISPOSITIVO VETADO | | EXPLICAÇÃO | ORIGEM/JUSTIFICATIVA | RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO |
|--------------------|--|--|--|--|
| 1. | <p>- <u>Parágrafo único do art. 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, incluído pelo art. 1º do projeto:</u></p> <p>"Parágrafo único. Durante o afastamento temporário previsto no <u>caput</u>, fica assegurado à empregada gestante ou lactante o pagamento integral do salário que vinha percebendo, incluindo o adicional de insalubridade."</p> | <p>Garantia à empregada gestante ou lactante do recebimento integral do salário durante afastamento obrigatório por insalubridade.</p> | <p>Origem: <u>texto inicial do projeto</u>.</p> <p>Justificativa: "por considerarmos que o trabalho em ambientes insalubres é inegavelmente prejudicial não só para as trabalhadoras, mas principalmente para o feto e para a criança em fase de amamentação (...)".</p> | <p>"Ainda que meritório, o dispositivo apresenta ambiguidade que poderia ter efeito contrário ao pretendido, prejudicial à trabalhadora, na medida em que o tempo da lactação pode se estender além do período de estabilidade no emprego após o parto, e o custo adicional para o empregador poderia levá-lo à decisão de desligar a trabalhadora após a estabilidade, resultando em interpretação que redunde em eventual supressão de direitos."</p> <p>(Ouvidos os Ministérios da Fazenda e das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos).</p> |

[B1] Comentário:
DL nº 3.452/1943 (CLT)
[...]
Art. 394-A. A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre.
Parágrafo único. (VETADO).